

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO Gabinete da Presidência

[Revogado pela Resolução TRT3/GP 382/2025]

RESOLUÇÃO GP N. 233, DE 15 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a composição do quadro de pessoal das unidades judiciárias de segundo grau do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a competência privativa dos tribunais para organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, nos termos do art. 96, I, "b", da <u>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88)</u>;

CONSIDERANDO os princípios da eficiência e da publicidade na administração pública, elencados no caput do art. 37 da CRFB/88;

CONSIDERANDO a classificação de gabinetes de desembargador e unidades de órgãos fracionários como unidades judiciárias de segundo grau, em consonância com a Resolução n°. 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Resolução n°. 296, de 25 de junho de 2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

CONSIDERANDO o conceito e a metodologia de cálculo de lotação paradigma estabelecido pela Resolução CNJ n°. 219/2016;

CONSIDERANDO a <u>Resolução CSJT n°. 296/2021</u> que determina em seu art. 8º que a lotação de servidores em unidades judiciárias de primeiro e de segundo graus deverá ser calculada na forma do Anexo IV da <u>Resolução CNJ nº 219/2016</u>; e

CONSIDERANDO o anexo VI da Resolução CSJT n°. 296/2021 e que estabelece a estrutura mínima dos gabinetes de desembargador, relativamente às nomenclaturas e aos respectivos níveis de retribuição dos cargos em comissão e das funções comissionadas;

RESOLVE:

TÍTULO I DO OBJETO

Art. 1º Esta Resolução estabelece o quadro de pessoal das unidades judiciárias de segundo grau do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

Parágrafo único. As unidades mencionadas no **caput** compreendem: Gabinetes de Desembargador, Secretaria das Seções Especializadas, Secretaria das Turmas e Secretaria do Tribunal Pleno e Órgão Especial.

TÍTULO II DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE SEGUNDO GRAU

CAPÍTULO I DOS GABINETES DE DESEMBARGADOR

Art. 2º O quadro de pessoal dos gabinetes de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região possui a seguinte composição:

Unidade	Servidores	Estrutura Funcional	
Gabinete de Desembargador	11	2 CJ-3 Assessor de Desembargador	
		1 FC-6 Chefe de Gabinete	

	7 FC-6 Assistente de Gabinete		
	1 servidor sem função comissionada		

- § 1º Para o cálculo da lotação paradigma dos gabinetes de desembargador foi utilizada a média de casos novos do triênio 2019-2021 e a mediana do índice de produtividade dos servidores.
- § 2º A lotação de um servidor sem função comissionada nos gabinetes de desembargador está condicionada à realização de concurso público e à autorização para provimento de cargos. Concedida a autorização mencionada, serão atendidos primeiramente os juízes substitutos que não possuem assistentes e, em seguida, os gabinetes de desembargador, por ordem de antiguidade.
- § 3º O quadro de pessoal do Gabinete do Desembargador Marco Antônio Paulinelli de Carvalho possui o acréscimo de um servidor e de uma função comissionada nível seis (FC-6), sendo composto por 12 (doze) servidores, por 2 (dois) cargos em comissão nível três (CJ-3) e 9 (nove) funções comissionadas nível seis (FC-6), sendo uma delas destinada ao Chefe de Gabinete.
- § 4º Em caso de vacância do cargo do desembargador mencionado no § 2º, o quadro de pessoal da unidade passa a ser igual ao dos demais gabinetes.
- Art. 3° Para atendimento da estrutura funcional dos 49 (quarenta e nove) gabinetes de desembargador, ficam transformadas as funções comissionadas relacionadas no quadro abaixo:

Extinção		Criação			
FC	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	FC	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
98 FC-3	R\$ 1.379,07	R\$ 135.148,86	98 FC-6	R\$ 3.072,36	R\$ 301.091,28
1 FC-5	R\$ 2.232,38	R\$ 2.232,38	1 FC-6	R\$ 3.072,36	R\$ 3.072,36
Total R\$ 137.381,24		Total		R\$ 304.163,64	
Diferença		R\$ 166.782,40			

CAPÍTULO II

DAS SECRETARIAS DOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS

Seção I Da Secretaria das Seções Especializadas

Art. 4º O quadro de pessoal da Secretaria das Seções Especializadas possui a seguinte composição:

Unidade	Servidores	Estrutura Funcional	
Secretaria das Seções Especializadas	11	1 CJ-3 Secretário das Seções Especializadas	
		1 FC-5 Chefe do Gabinete de Apoio	
		1 FC-5 Chefe da Seção de Apoio às	
		Primeira SDI, Segunda SDI e SDC	
		1 FC-3 Chefe da Subseção da Primeira	
		SDI	
		1 FC-3 Chefe da Subseção da Segunda	
		SDI	
		1 FC-3 Chefe da Subseção da SDC	
		1 FC-3	
		4 servidores sem função comissionada	

Seção II Das Secretarias das Turmas

Art. 5º O quadro de pessoal das 11 (onze) Secretarias de Turma possui a seguinte composição:

Unidade	Servidores	Estrutura Funcional	
Secretaria de Turma	5	1 CJ-3 Secretário de Turma	

1 FC-5 Chefe do Gabinete de Apoio
1 FC-5 Chefe da Seção de Pauta
2 FC-3

Seção III Da Secretaria do Tribunal Pleno e Órgão Especial

Art. 6º O quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Pleno e Órgão Especial possui a seguinte composição:

Unidade	Servidores	Estrutura Funcional		
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial	10	1 CJ-3 Secretário do Tribunal Pleno e do Órgão Especial		
		1 FC-5 Chefe do Gabinete de Apoio		
		1 FC-5 Chefe da Seção de Apoio ao Tribunal Pleno e ao Órgão Especial		
		2 FC-3		
		1 FC-1		
		4 servidores sem função comissionada		

Art. 7° Para atendimento da estrutura funcional das secretarias dos órgãos fracionários, ficam transformadas as funções comissionadas relacionadas no quadro abaixo:

Extinção		Criação			
FC	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	FC	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
11 FC-3	R\$ 1.379,07	R\$ 15.169,77	11 FC-5	R\$ 2.232,38	R\$ 24.556,18
2 FC-1	R\$ 1.019,17	R\$ 2.038,34	1 FC-5	R\$ 2.232,38	R\$ 2.232,38
			1 FC-3	R\$ 1.379,07	R\$ 1.379,07
			1 FC-3	R\$ 1.379,07	R\$ 1.379,07
Total R\$ 17.208,11		Total		R\$ 29.546,70	
Diferença		R\$ 12.338,59			

Art. 8° Revogam-se:

I - a Resolução GP n°. 1, 13 de março de 2014;

II - a Resolução GP n°. 94, de 12 de abril de 2018; e

III - o art. 30, incisos VI, VII e XVIII da Resolução GP n°. 127, 10 de outubro de 2019;

Art. 9° Esta Resolução entra em vigor 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua publicação.

RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM

Desembargador Presidente